


## Constituição de uma equipe multiprofissional como possibilidade de atuação crítica em psicologia escolar

Maria Alice de Carvalho Echevarrieta  
Denise Cord

**Maria Alice de Carvalho Echevarrieta**

Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil


E-mail: marialice\_oak@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5790-9755>

**Denise Cord**

Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil

E-mail: cord.denise@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9874-300X>

### Resumo

A atuação profissional em psicologia escolar no Brasil orienta-se principalmente pela formação acadêmica e pelo documento *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica*, elaborado pelo CFP em 2013 e atualizado em 2019. O documento tem como objetivo basilar, ética e politicamente, a prática profissional das psicólogas nos espaços escolares, visto que, historicamente, a inserção da psicologia como profissão no campo da educação privilegiou a abordagem clínico-terapêutica. Por considerar que o acesso às referências não garante percursos profissionais criativos, autônomos, não medicalizantes, buscou-se cartografar o processo de constituição de uma equipe multiprofissional, atuante em uma rede municipal de educação no estado de Santa Catarina, Brasil, da qual a pesquisadora faz parte. O estudo foi desenvolvido a partir da metodologia da pesquisa-intervenção e reflexões orientadas pela Análise Institucional. Utilizou-se como ferramentas a entrevista de manejo cartográfico por considerá-las um instrumento potente para o acompanhamento de processos e possibilitar o acesso às experiências compartilhadas. Concluiu-se que o processo de constituição de uma equipe é contínuo, pois, na medida em que se institui, há de se manter instituinte. Do mesmo modo, necessitará de processos constantes de reflexão conjunta, para o surgimento de novos processos de subjetivação e, consequentemente, de novas estratégias de atuação/intervenção.

**Palavras-clave:** Psicologia escolar crítica. Equipe multiprofissional. Análise institucional.

Recebido em: 24/11/2022

Aprovado em: 02/08/2025



 <http://www.perspectiva.ufsc.br>  
<http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2025.e91896>

**Abstract****Formation of a multidisciplinary team as a possibility for critical practice in school psychology**

The professional practice in school psychology in Brazil is mainly guided by academic graduation and the document *Technical References for the Role of Psychologists in Basic Education*, elaborated/published by the CFP in 2013 and updated in 2019. The document has the aim of basing ethically and politically the professional practice of psychologists in school environments, as historically the insertion of psychology as a profession in the field of education favored the clinical-therapeutic approach. Considering that access to such references do not guarantee creative, autonomous, non-medicalizing interventions, we sought to map the process of creation of a multidisciplinary team, working in a municipal education network in the State of Santa Catarina, Brazil, of which this researcher is part. The study was developed from the research-intervention methodology and reflections guided by Institutional Analysis. Cartographic interviews were used as tools, as they are considered to be a powerful instrument for monitoring processes and enabling access to shared experiences. It was concluded that the process of creation of the team is continuous, as it is instituted, it must remain instituting. Likewise, it will need constant processes of joint reflection, for the emergence of new processes of subjectivation and, consequently, of new action/intervention strategies.

**Keywords:**

Critical school psychology. Multiprofessional team. Institutional analysis.

**Resumen****Constitución de un equipo multiprofesional como posibilidad de práctica crítica en psicología escolar**

El desempeño en psicología escolar en Brasil está guiado principalmente por la formación académica y el documento *Referencias técnicas para el papel de los psicólogos en la educación básica*, elaborado por el CFP en 2013 y actualizado en 2019. El documento tiene como objetivo guiar ética y políticamente las prácticas profesionales de los psicólogos en los espacios escolares, ya que históricamente la inserción de la psicología como profesión en el campo educacional favoreció el abordaje clínico-terapéutico. Considerando que el acceso a referencias no garantiza trayectorias profesionales creativas, autónomas, no medicalizantes, se buscó mapear el proceso de constitución de un equipo multidisciplinario, trabajando en una red de educación municipal en el estado de Santa Catarina, Brasil, de la cual el investigador es parte. El estudio se desarrolló a partir de la metodología investigación-intervención y reflexiones guiadas por el Análisis Institucional. Las entrevistas cartográficas se utilizaron como herramientas, ya que se consideran un poderoso instrumento para monitorear los procesos y permitir el acceso a experiencias compartidas. Se concluyó que el proceso de constitución del equipo es continuo, ya que se instituye y debe seguir instituyéndose. Asimismo, requerirá procesos constantes de reflexión conjunta, para el surgimiento de nuevos procesos de subjetivación y, en consecuencia, de nuevas estrategias de acción / intervención.

**Palabrs clave:**

Psicología crítica escolar; Equipo multiprofesional; Análisis institucional.

## Introdução

O presente trabalho aborda aspectos da experiência profissional e discussões teóricas decorrentes da minha prática enquanto psicóloga escolar, bem como da experiência profissional das demais integrantes de uma equipe multiprofissional em desenvolvimento em uma secretaria municipal de educação de um município da região nordeste de Santa Catarina<sup>1</sup>.

A atuação em psicologia escolar no Brasil é orientada principalmente pelo documento *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas<sup>2</sup> na Educação Básica*, elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em conjunto com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) em 2013 e atualizado em 2019<sup>3</sup>. Essas referências foram elaboradas no intuito de basilar ética e politicamente a prática profissional das psicólogas nos espaços escolares, visto que, historicamente, a inserção da psicologia no campo da educação deu-se principalmente por meio da abordagem clínico-terapêutica dos fenômenos educacionais (Antunes, 2008).

De acordo com as referências<sup>4</sup>, a atuação de psicólogas na Educação Básica deve fomentar melhorias na qualidade da educação, colocando à disposição das instituições saberes produzidos pela ciência psicológica em prol do fortalecimento de processos democráticos na gestão educacional, com a participação efetiva de todos os envolvidos no processo de escolarização. Além disso, segundo esses documentos, as profissionais devem ter como princípio a coletividade e desenvolver um trabalho que envolva os segmentos da comunidade escolar, tendo em vista o conhecimento das múltiplas determinações da atividade educacional (CPF, 2013b; CFP, 2019).

Junto às referências técnicas, as psicólogas precisam atuar de acordo com o código de ética da profissão que tem como princípio a ideia de que a profissional “[...] trabalhará visando a promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligências, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CRP, 2005, p. 7). Nesse sentido, depreende-se que é imprescindível também construir ações articuladas

---

<sup>1</sup> A pesquisa abordada neste artigo é resultado de Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado Profissional e não obteve financiamento. Esta investigação foi aprovada por meio do Parecer nº 4.164.261 do Comitê de Ética em Pesquisa por meio da Plataforma Brasil, do Ministério da Saúde. Não existem conflitos de interesse.

<sup>2</sup> Utilizamos o termo no feminino, tendo em vista que, segundo a pesquisa conduzida em 2012, pelo Conselho Federal de Psicologia, em parceria com o Instituto ETHOS, as mulheres são 89% da categoria.(CFP, 2013a)

<sup>3</sup> No final de 2019, após 19 anos de tramitação de um projeto semelhante, coroando uma luta das categorias profissionais de psicólogas e assistentes sociais, foi aprovada a Lei n.º 13.935 que garante a oferta de serviços de psicologia e serviço social em equipes multiprofissionais na Educação Básica (Brasil, 2019).

<sup>4</sup> Com a aprovação da Lei n.º 13.935/2019, novos materiais de referência foram elaborados pelos Conselhos de Psicologia e de Serviço Social, em diálogo com as referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica. Esses documentos, como *Psicólogas(os) e Assistentes Sociais na Rede Pública de Educação* (CFP, 2022a), a cartilha *Psicologia e Serviço Social na Educação Básica: Lei n.º 13.935/2019 – Essa luta tem história* (CFP, 2022b) e a nota técnica *Avaliação Psicológica no Contexto Escolar* (CRP-SC, 2023) subsidiam a implementação da lei com base nos parâmetros ético-políticos das profissões.

com as áreas da saúde, da assistência social, entre outros setores, a fim de fortalecer as redes intersetoriais e assegurar direitos humanos e sociais.

Esses elementos norteadores para a atuação em psicologia no âmbito escolar visam expandir as possibilidades de ação das psicólogas para além dos atendimentos individualizados, entendendo que existe uma expectativa por parte da comunidade escolar de desenvolvimento de um trabalho clínico/terapêutico na Educação Básica (CFP, 2019). Entretanto, somente esses elementos não garantem que a atuação das profissionais seja crítica dos processos de produção de subjetividades hegemônicas, favorecendo processos de subjetivação criativos e autônomos e práticas educacionais libertadoras (Freire, 1996).

Por ser uma psicóloga lotada na Secretaria Municipal de Educação, rotineiramente, em visitas a estabelecimentos de ensino, ouço interpelações de cunho patologizante sobre os educandos. Essas concepções instituídas e engessadas tensionam para a continuidade da institucionalização do saber psicológico patologizante de meninos e meninas das classes populares.

As normas instituídas são agenciadas por diversos enunciados articulados por gestores, professores e outros atores da rede intersetorial. Os agenciamentos são formados por expressão e por conteúdo, e engendram processos de subjetivação (Deleuze; Guattari, 1995). Agenciam-se explicações para as múltiplas expressões de existir, vivenciar e aprender das crianças, expressões que, muitas vezes, não são vistas como adequadas ao ambiente escolar e à sociedade. Agentes educacionais responsabilizam as famílias na busca por respostas para essas expressões que destoam das normas instituídas (Coimbra; Leitão, 2003), embora, na maioria das situações, a equipe escolar já possua as “respostas” para os “*desvios*” que são observados.

Em meio aos percalços da prática cotidiana, entendi que desenvolver uma proposta de atuação em psicologia escolar e educacional que promovesse a construção conjunta de práticas pedagógicas emancipadoras exigiria tempo e estudos. Então, transformei essa problemática real e complexa em objeto de pesquisa a ser desenvolvida durante um mestrado profissional.

Concebeu-se um estudo cuja metodologia e reflexões são orientadas pelos conceitos da Análise Institucional, pensados, principalmente, pelos autores René Lourau, Georges Lapassade, Gregório Barenblitt.

O referencial teórico da Análise Institucional é tomado nesta pesquisa como uma alternativa aos modos de pensar os fenômenos institucionalizados no contexto educacional e às concepções individualizantes de atuação, dando suporte para a reflexão contextualizada historicamente sobre a prática profissional.

O município em questão tem cerca de 40 mil habitantes e vem passando por diversas transformações estruturais, visto que faz fronteira com cidades que constituem um importante polo industrial do estado. Nessas cidades, chegou-se ao limite de espaço para a implantação de novas

indústrias, provocando sua migração para os territórios circunvizinhos. Esse processo atraiu importante fluxo migratório, o que provocou a transformação de grandes áreas florestais em loteamentos habitacionais.

A rede municipal de educação atende desde o público da Educação Infantil até o quinto ano do ensino fundamental, totalizando 28 instituições educacionais, dentre as quais vinte Centros de Educação Infantil e oito escolas direcionadas para os anos iniciais. A intensidade do fluxo migratório, resultou em grandes impactos nos serviços públicos municipais. Frente ao aumento da procura por matrículas nos estabelecimentos educacionais, a prefeitura respondeu criando uma política emergencial de ampliação no número de vagas, por meio da transformação de espaços de convivência e bibliotecas em salas de aula, além da utilização de *containers* e de salas modulares.

No início de 2019, profissionais das áreas da psicologia e fonoaudiologia da rede municipal de educação iniciaram o movimento de constituição de uma equipe multiprofissional para atuação interdisciplinar. A necessidade de transformar os modos de atuação surgiu como alternativa ao modelo de trabalho que estava estabelecido e às concepções medicalizantes<sup>5</sup> e patologizantes sobre os fenômenos escolares prevalentes. Assim, a pesquisa desenvolvida objetivou analisar o processo de criação dessa equipe e de novas formas de atuação na educação. A esses objetivos soma-se o anseio por apresentar as vozes que constroem essa história e reafirmar a existência de movimentos que se negam a corroborar práticas hegemônicas de dominação.

## Metodologia

Pesquisar o próprio lugar de trabalho é um desafio, na medida que o processo de distanciamento entre pesquisador e objeto, prerrogativa do fazer científico tradicional, é praticamente inexistente. Não houve o afastamento das minhas práticas de trabalho enquanto realizava a pesquisa, uma vez que seria impossível desvestir-me de quem sou profissionalmente para realizar uma pesquisa sobre algo que está emaranhado às minhas práticas cotidianas. Ou seja, há uma sincronicidade de duas funções, “trata-se de uma mesma pessoa tomando variadas posições de acordo com os momentos, os objetivos, as funções e o contato com os outros” (Kohn, 2001, *apud* Penido, 2020).

Adotamos, neste trabalho, o conceito de trabalhadora-pesquisadora, que tem sido discutido frequentemente nas produções textuais que abordam a relação do trabalhador que pesquisa seu próprio lugar de trabalho. Penido (2020) contribui com a discussão do conceito, no diálogo com

---

<sup>5</sup> Para o Grupo de Trabalho Educação e Saúde (2015) do Fórum sobre Medicalização da Educação e Saúde Medicalização é entendida como o “processo por meio do qual as questões da vida social – complexas, multifatoriais e marcadas pela cultura e pelo tempo histórico – são reduzidas a um tipo de racionalidade que vincula artificialmente a dificuldade de adaptação às normas sociais a determinismos orgânicos que se expressariam no adoecimento do indivíduo.” (2015, p.11).

autores, como Lavergne, o qual sugere que não só “a atividade profissional gere e oriente a atividade de pesquisa, mas também, de forma dialógica e recursiva, que a atividade de pesquisa renove e reorienta o profissional” (Lavergne, 2007, p. 29 *apud* Penido, 2020).

Inicialmente, o projeto de pesquisa previa a formação de grupos focais para a coleta de dados sobre o fenômeno do encaminhamento de crianças ao serviço de psicologia e as modalidades de intervenção adotadas pelas profissionais, sob o viés da Análise Institucional. Entretanto, em decorrência da pandemia de COVID-19 e do isolamento social imposto para sua contenção, a proposta inicial não pôde ser executada da forma como fora planejada. Medidas de distanciamento social, que impuseram o fechamento das escolas e a adoção do modelo de trabalho em domicílio, exigiram modificações nos procedimentos metodológicos adotados.

Ao mesmo tempo em que o contexto pandêmico exigia adequações metodológicas, as profissionais de psicologia e de fonoaudiologia, que compunham um setor de serviço técnico na secretaria de educação, iniciaram um movimento de reorganização do setor, passando a compor uma equipe multiprofissional de exercício interdisciplinar.

Para dar continuidade a essa pesquisa, frente às mudanças que ocorreram, consideramos pertinente cartografar o processo de constituição dessa equipe e de seu processo instituinte. Essa ideia foi compartilhada com as duas profissionais que compõem a equipe, as quais concordaram prontamente em participar. Para Pozzana e Kastrup (2015), cartografar é acompanhar processos inventivos de constituição da realidade e produção de subjetividades, e, nesse percurso, constituir-se com eles. Além dessas profissionais, estendeu-se o convite à coordenadora pedagógica vinculada à secretaria, a qual acompanhou todo o processo de mudança na metodologia de trabalho e de constituição da equipe.

Num primeiro momento, essa mudança na organização do trabalho técnico gerou dúvidas e angústias sobre a continuidade da pesquisa. Entretanto, essa mudança reforçou a ideia de que o processo de investigação se traça ao longo da própria execução, a qual produz “pistas que orientam o percurso da pesquisa, sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto de pesquisa, pesquisadores, seus resultados, o que faz legítima ainda mais a ideia de pesquisa intervenção” (Passos; Barros R., 2015, p.17).

O dispositivo utilizado para a colheita<sup>6</sup> dos dados precisou ser repensado, optando-se pela entrevista de manejo cartográfico, realizada por videochamada<sup>7</sup>, buscando garantir a segurança de todas as participantes e a manutenção do isolamento social. Para Tedesco, Sade e Caliman (2015), a entrevista de manejo cartográfico se caracteriza como um instrumento importante para o

---

<sup>6</sup> A troca do termo coleta por colheita tem a intencionalidade de conotar o caráter produtivo da pesquisa-intervenção, ou seja, a “pesquisa intervenção colhe dados, porque cultiva a realidade no ato de conhecê-la” (Sade *et al.*, 2013, p. 2814).

<sup>7</sup> As entrevistas foram gravadas com o consentimento das participantes no ato de cada entrevista, além da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido.



acompanhamento de processos, na intervenção e produção, possibilitando o acesso às experiências compartilhadas pelos profissionais no processo de constituição da equipe. Nesse sentido, as entrevistas de manejo cartográfico constituíram uma estratégia para acessar a experiência de cada participante, de modo a “[...] fazer falar aquilo que ainda não se encontrava na esfera do já sabido [...]” (Barros L.; Kastrup, 2015, p. 61).

Utilizei um roteiro flexível com perguntas abrangentes, priorizando questões disparadoras, dando espaço para a fala livre sobre a temática em questão. Considero que as manifestações livres podem produzir processos de associações e entonações, que são importantes para acessar a experiência vivida pelo falante. Assim, a conversa com cada participante se iniciou com o convite para que cada uma fizesse sua apresentação e contasse sua história com o lugar de trabalho na rede municipal de educação.

A pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa, embasada, como já sinalizado, no referencial teórico da Análise Institucional, caracterizando-se como uma pesquisa-intervenção, uma vez que têm por objetivo a construção de dados *com* o outro, apontando para a *transformação* das ideias e práticas dos profissionais e do cotidiano da instituição, bem como no movimento da própria pesquisa (Passos; Barros R., 2015).

Por ser uma metodologia participante, é necessária uma mudança na postura da pesquisadora, a qual se desloca de um lugar de certezas sobre seu objeto para o lugar da imprevisibilidade, entendendo-se como sujeito participante que se produz também em meio às práticas sócio-históricas (Aguiar; Rocha, 2007). Desse modo, entendemos que não há neutralidade científica possível (Lourau, 1987), uma vez que se problematizam as relações de poder e saber que atravessam todos os participantes, incluindo meu próprio lugar como pesquisadora.

Na Análise Institucional, o termo atravessamento se refere a um entrelaçamento de orientação conservadora, rede organizada de instituídos, a qual tem como função principal a reprodução de um sistema para a exploração, dominação e mistificação. Como forma de sustentar a crítica e indicar novas possibilidades para a relação da psicologia com a educação, articulei um processo analítico incluindo as implicações que me movem como pesquisadora, bem como os atravessamentos na forma como me lanço ao ato de pesquisar em um contexto que me é familiar. As implicações e os atravessamentos estão presentes desde a escolha do tema até as análises e conclusões. A análise de implicação indica o grau de envolvimento do pesquisador com as instituições que o atravessam e as contradições, não apenas como um processo inconsciente ou psíquico, mas de materialidade múltipla, não podendo ser confundida com engajamento ou investimento (Baremblytt, 2002; Monceau, 2008).

Para a análise das entrevistas e demais informações, foi utilizado como analisador (Baremblytt, 2002) a narrativa histórica usada pelas próprias participantes, as quais demarcaram os processos da

realidade institucional. Dessa forma, tomando o caráter histórico trazido pelas participantes, as análises estão divididas em três momentos, a saber: antes da chegada das profissionais, a chegada das profissionais e a potência do encontro: ensaio do grupo-sujeito.

## **Resultado e discussão**

Cartografar o processo de constituição da equipe multiprofissional resultou em muitas outras processualidades. Partilhar histórias, contá-las e recontá-las, reconhecer-se e estranhar-se, falar e escutar. Desse modo, como quem conta uma história, o Tempo e sua cronologia são tidos como instituição significativa no ato de rememorar das participantes. Dessa forma, optei por apresentar os resultados e discussões seguindo a temporalidade marcada como anterior à chegada das profissionais no contexto de trabalho, até a chegada dessas profissionais e, por último, o encontro entre elas (nós).

### **Antes da chegada das profissionais**

Em entrevista, a gestora da pasta contou-me que, desde 2014, havia uma fonoaudióloga alocada na secretaria de educação e que, posteriormente, foi transferida para a secretaria da saúde. No entanto, não havia psicóloga atuando na educação até 2017. Antes disso, as demandas vindas da educação eram distribuídas de maneira não protocolar pelos serviços de assistência social e saúde. Em 2017, contratou-se uma psicóloga para atender às demandas da Educação Especial e outras situações identificadas por instituições educacionais como sendo objeto para avaliação psicológica, principalmente queixas relacionadas à dificuldade de aprendizagem e de comportamento.

Esses elementos sobre o modo como se dava a relação dos setores e seus profissionais com a educação evidencia-se na fala da coordenadora da Educação Especial:

Quando eu cheguei aqui, nós estávamos totalmente desestruturados na educação especial. A gente tinha segundo professor, no início tinha uma sala de AEE, que foi desfeita, nós não tínhamos nem um encontro, nem uma conversa com a saúde. Era educação de um lado, saúde de outro, assistência social de outro. Então quando a gente procurava a assistência social era em casos extraordinários. A saúde, dificilmente a gente tinha contato com a saúde, era o encaminhamento quando uma criança estava muito debilitada, mas aí debilitada de saúde, não na parte de fazer uma avaliação, porque naquela época nós não tínhamos um neurologista, um psiquiatra na saúde.

Importante destacar que a modalidade da Educação Especial, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Brasil, 2008), tem como público-alvo as pessoas com deficiência (física, intelectual ou sensorial), com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Embora sejam preconizados diferentes dispositivos direcionados para a



inclusão pedagógica e social, no município em questão, apenas o segundo professor de turma<sup>8</sup> encontrava-se efetivado. Esse acesso ocorria por meio da apresentação do laudo médico, indicando o CID que garantia o acesso do estudante à modalidade da Educação Especial, endereçado à coordenadora da modalidade, a qual providenciava a solicitação de profissional ao setor de recursos humanos. Nos casos em que não houvesse laudo médico, mas que a instituição educacional identificasse dificuldade de aprendizagem, “mau comportamento” ou alguma outra diferença significativa, a psicóloga era responsável por avaliar o caso e requerer o segundo professor.

Como uma área de conhecimento abrangente e que autoriza linhas de atuação diversas, a atuação profissional apresenta múltiplas facetas, assumindo atribuições diferentes em cada serviço. No município em questão, percebem-se conflitos no entendimento sobre o fazer em psicologia na Educação, na Assistência Social e em outras áreas. Esses conflitos são produções do processo histórico de inserção desse saber-fazer na rede em questão, e podem ser percebidos também em outros contextos.

Conforme Barroco e Souza (2012):

[...] ao longo de sua história, a Psicologia voltada ao campo educacional/escolar disponibilizou um dado corpo teórico e uma dada forma de intervenção que acabou por fortalecer uma compreensão biologizante ou medicalizante da constituição e do desenvolvimento do psiquismo humano e, em consequência, dos motivos que levam à não aprendizagem (p.116).

Essa compreensão ecoou nos meios educacionais como respostas às problemáticas emergentes, articulando-se às possibilidades terapêuticas ortopédicas de caráter salvacionista.

Instrumentos para mensuração de subjetividades foram criados e autorizados, e a profissão perpetuou na sua prática um caráter normatizador e normalizador (Foucault, 1987). Dessa forma, estabeleceram-se lugares de atuação para atualizar essas expectativas. Esse processo fica evidente na rede de educação do município, na medida em que a atuação em psicologia e fonoaudiologia constava fragmentada em especialidades, organizada em ações localizadas e majoritariamente individualizadas, apresentando longas listas de espera.

Esse modelo de atenção às demandas educacionais, voltado para a infância, exemplifica a perspectiva individualizante e culpabilizadora das famílias, as quais acabam por naturalizar as desigualdades sociais e escamotear as discriminações de classe, raça e gênero (Zucolotto, 2018), corroborando as problematizações de Corazza (2000) sobre o dispositivo da infantilidade. Para

---

<sup>8</sup> O Segundo Professor de Turma foi instituído no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina por meio da Lei n.º 17.143 de 2017 e serviu de subsídio para a sua implementação no município em questão (Santa Catarina, 2017). A incorporação desse dispositivo não exclui a necessidade dos outros dispositivos da Educação Especial, como as salas de recursos multifuncionais entre outras estratégias que a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva engloba.

Caponi (2018), os diagnósticos na infância e adolescência crescem sustentados em argumentos preventivos a fim de se evitar comportamentos violentos ou criminosos na vida adulta.

Vale destacar, segundo Collares e Moysés (1997), que os diagnósticos desprendidos pelos especialistas diferem dependendo em qual lugar atuam e quais sujeitos estão sendo avaliados. Crianças oriundas de camadas populares que apresentam comportamento agressivo durante seu processo de escolarização estão sujeitas a ser enquadradas em diagnósticos para designar deficiências cognitivas causadas por desnutrição ou problemas genéticos, o mesmo ocorrendo com aquelas que apresentam dificuldade de aprendizagem (Collares; Moysés, 1997). As autoras também argumentam que muitos parâmetros utilizados por especialistas para investigação diagnóstica são oriundos de estudos elaborados em outros países e passam a servir como base universalizante para medir as populações, desconsiderando as diferenças socioculturais.

A psicóloga entrevistada também menciona a existência de expectativas com o trabalho clínico/terapêutico e o modo como esse trabalho era desenvolvido antes da chegada delas: *Inicialmente como existia essa expectativa, de atendimento clínico e a Psicóloga e a Fono que estavam antes, elas faziam esse trabalho, por toda pressão e por várias justificativas.*

Nesse momento a entrevistada apresenta um ponto bastante importante sobre o processo de inserção dos profissionais. Muitas vezes, por atuarem sozinhos ou em setores nos quais a forma de trabalho não se encontra bem-establishada, exercem suas funções de acordo com as expectativas dos gestores e o modo como estes entendem a função desses especialistas, principalmente daqueles oriundos de áreas de conhecimento da saúde.

### **A chegada das profissionais**

O concurso público realizado em 2018 representou um marco na história das políticas públicas do município, o qual, desde 2011, não repunha seus quadros de forma efetiva. Antes disso, muitos serviços eram realizados por trabalhadores temporários, o que trazia dificuldades em termos de continuidade do serviço e autonomia profissional.

Por meio de determinação judicial, a administração precisou realizar o concurso, homologado em julho de 2018. Os profissionais começaram a ser convocados a partir do mês de agosto, movimentando as dinâmicas organizacionais das equipes de diversos equipamentos dos serviços municipais. Como resultado, foram alocadas, por determinação da secretaria de educação, uma fonoaudióloga e duas psicólogas, sem possibilidade de escolha da lotação.

As lotações foram feitas visando dar sequência à forma de trabalho que ocorria anteriormente. Como mencionado, esperava-se que as profissionais seguissem realizando o mesmo modo de trabalho, atendendo às demandas vindas das instituições educacionais relacionadas à educação especial e às dificuldades de aprendizagem, por meio de avaliação psicológica e fonoaudiológica.

No que foi possível colher de informação, a função das profissionais de psicologia e fonoaudiologia estava associada às demandas e necessidades determinadas pela gestão. As expectativas eram nítidas, porém a organização do trabalho não, tornando necessário que as profissionais recém-convocadas refizessem alguns passos, por meio de análise documental, relatos e outras ações, para compreender como o trabalho estava organizado, para então elaborar seus planos de ação.

Na fala da coordenadora, esse tensionamento também fica explícito:

Até a gente entender realmente o trabalho da psicologia escolar e da fonoaudiologia escolar, porque nós tínhamos uma fonoaudióloga que atendia clinicamente, ela não atendia na escola, atendia nos postos de saúde, mas não dava conta da demanda, né? E aí a outra fono que chegou também foi cobrada para atender clinicamente e no início ela começou a atender.

A resistência às novas propostas de trabalho era explícita, aparecendo na forma de hostilidades que colocavam em questão as habilidades das profissionais para executar o trabalho esperado. Desse modo, como aparece na fala da coordenadora, algumas ações foram realizadas para atender às demandas da gestão, de acordo com as representações dos gestores sobre o fazer profissional da psicologia escolar e da fonoaudiologia educacional.

Os tensionamentos institucionais se deram de diversas maneiras, buscando a manutenção das práticas anteriores e do papel atribuído aos profissionais na área da educação. Essas práticas, apesar de não estarem normatizadas através de documentos burocráticos, estavam instituídas e operavam a partir da lógica da classificação e normatização de estudantes dissonantes das expectativas.

Para Lapassade (1983), as instituições são dimensões onde as relações se constituem, são produzidas e produtoras dos modos de vida e dos sujeitos. Compõem os sistemas de regras que determinam a vida. Nesse sistema de regras, existem determinações do que é certo e errado, do que é socialmente aceito e até do que é indiferente. O movimento que produz, que gera a instituição, é o processo instituinte, mobilizado por forças de caráter revolucionário e produtivo que tem como resultado o instituído. Este tem o papel de ordenar as atividades sociais essenciais e regular os valores coletivos, além disso, se abertos às transformações, podem ser eficientes; entretanto, o instituído tende ao conservadorismo e à resistência às transformações (Barembliitt, 2002).

Por meio do levantamento documental feito pelas profissionais para compreender a forma de trabalho executada anteriormente à sua chegada, foi constatado que existiram esforços das profissionais anteriores para realizar suas atribuições técnicas no âmbito educacional. Entretanto, ocorriam cobranças e pressões para realizar um trabalho com finalidade terapêutica, nos moldes clínicos.

Chegar em um novo espaço institucional e apreender as normas instituídas e as forças que ali operam produz estranhamentos e movimentos de acomodação na narrativa institucional, o que, por vezes, se manifesta em reproduzir a modalidade de trabalho prescrita e aceitar o espaço institucional determinado *a priori*. Desse modo, ceder às pressões e cobranças foram estratégias iniciais adotadas pelas profissionais recém-chegadas no processo de inserção no novo local de trabalho, para que, paulatinamente, novos modos de atuar pudessem emergir. Segundo a fonoaudióloga entrevistada:

No início eu comecei também a fazer como a outra fono. Eu comecei aos poucos fazendo alguns atendimentos também, porque eu fui cobrada para fazer. Eu fui cobrada pela secretaria, pela gestão da secretaria de educação, a gestão anterior, a fazer esses atendimentos e a demanda realmente é muito grande. Tem uma lista de espera bem grande, e eu, o que eu pensei, então... a minha estratégia foi não, então tá, eu vou agora aos poucos fazendo esses atendimentos, mas criando um projeto para que isso acabe...

Essa situação não é específica de uma profissão x ou y. A equiparação da prática psicológica como prática avaliativa e classificatória na educação aparece na fala das três entrevistadas. Para a psicóloga, a expectativa da gestão é explícita, e por isso conta que se sentiu preocupada por saber que havia outra psicóloga na mesma rede de Educação Básica. Sobre isso, ela nos conta:

Então, quem me recebeu lá primeiro foi a secretária da época. Já nesse primeiro contato deu pra perceber qual era a expectativa dela em relação a atuação da psicologia, e deu para perceber que ela tinha essa expectativa mais clínica, até porque anteriormente, a psicóloga que era contratada foi contratada com essa intenção. A Fono era concursada e a psicóloga era contratada. Ah... Daí nesse mesmo dia, é, já te chamou, para apresentar nós duas e, sabendo que já tinha uma psicóloga na rede, eu fiquei bastante preocupada sobre a concepção dessa psicóloga, e modos de trabalho e tudo mais o que essa psicóloga pensaria sobre essa atuação na psicologia escolar e tudo mais, então acho que foi já uma das nossa primeiras frases, já deu para perceber que a tua intenção também não era de atendimento clínico e eu acho que ali já deu um “ufa”, assim, um alívio, de que nisso a gente estava alinhada.

As expressões utilizadas por ela, como “preocupada”, “ufa”, “alívio”, de acordo com a Análise Institucional, são pistas de como concepções sobre a atuação e perspectivas de trabalho produzem tensionamentos no interior das instituições e podem engendrar processos de afirmação das forças normatizadoras (conservadoras) ou movimentos divergentes (revolucionários) (Lourau, 1993). Nesse caso, pensar na atuação em psicologia escolar de modo não patologizante e não individualizante pode ser compreendido como um movimento divergente, e o encontro de profissionais que compartilham um modo de entendimento sobre uma atuação que não seja normatizadora e conservadora representa a possibilidade de produzir tensionamentos em relação às práticas instituídas.

### A potência do encontro e o ensaio do grupo-sujeito

Ao nos depararmos com as forças normatizadoras manifestadas por meio das expectativas e cobranças da gestão, passamos a questionar o local de trabalho e refletir sobre as estratégias possíveis

para desformar o que havia sido formado, e talvez criar novos contornos para a constituição de novas práticas. Sobre o encontro, a psicóloga coloca:

[...] nesse primeiro momento fiz contato com a Fono da equipe, que na verdade inicialmente não era uma equipe, eram profissionais com suas especialidades e eu acho que com o passar do tempo, com as ações de cada uma e os enfrentamentos de cada uma também a gente foi se unindo, acho que por um lado a própria questão de um entendimento da psicologia escolar e da fonoaudiologia também, de todas terem esse entendimento, mas também por entender que sozinha ficaria muito mais difícil, a psicologia sozinha e a Fono sozinha. Ah, é isso!

O processo de questionamento e problematizações sobre os modos de trabalho instituídos aparecem com bastante frequência quando transitamos da reflexão individual para a reflexão coletiva possibilitada pelo encontro. Com relação a isso, a fonoaudióloga conta:

Essa forma de atuação da fono educacional dentro das UBSs era muito contraditório para mim, porque se eu sou fono da educação, porque que eu vou atender dentro de uma UBS que é da secretaria de saúde, não faz sentido. E aí eu comecei a me voltar para ir fazer a fonoaudiologia educacional, e aí eu e você, e a gente quebrou um pouco a cabeça, um pouco não, bastante, para ver como que a gente ia fazer para formar essa Fonoaudiologia Educacional e Psicologia Educacional.

O termo “equipe” aparece espontaneamente, por ser uma palavra cada vez mais frequente nas estratégias de políticas públicas. Nas políticas públicas da Assistência Social e da Saúde, a ideia de equipe como forma de organização do trabalho e como cogestão das práticas profissionais está instituída como estratégia para a ampliação da capacidade de análise e intervenção. Além disso, o processo de trabalho em equipe visa a transcrever na prática um entendimento ampliado dos fenômenos sociais, considerando suas complexidades e multideterminações, caminhando no sentido oposto de uma atuação fragmentada, típica do lugar de especialista.

Para Baremblytt (2002), os especialistas são “os conhecedores dessa estrutura e do processo dessa sociedade em si” e estão “a serviço das entidades e das forças que são dominantes em nossa sociedade”, complementando que elas “conhecem e decidem prevalentemente, segundo os interesses das classes, níveis hierárquicos e grupos dominantes aos quais pertencem parcialmente” (Baremblytt, 2002, p. 14-15).

Passamos a referenciar nossa atuação como uma atuação em equipe, que pensa, planeja e age de maneira articulada, para além de tentar forjar novos moldes ou implementar no campo da educação formas de trabalho inspiradas em outros modelos. Entretanto, tenta-se incorporar uma nova estratégia de trabalho, sustentada em uma concepção de sujeito e dos fenômenos educacionais não fragmentada, complexa e multideterminada. Assim, ampliam-se também as possibilidades de olhar para esses fenômenos de modo mais crítico.

Diferente de outros processos cujo modelo de equipe é inserido na organização do trabalho, a fim de promover produtividade e eficácia, em nosso caso, a equipe surge como um movimento de

resistência, de enfrentamento à lógica individualizante e prescritiva, buscando articular redes mais cooperativas e promotoras de fissuras nas estruturas cristalizadas e promover reflexão coletiva, como expressado pela psicóloga:

Essa possibilidade de sair do individual e partir para ações mais coletivas acho que é uma possibilidade da equipe também, possibilidade de diálogo e de construção a partir dessa relação com outras áreas. Porque eu penso que a fonoaudióloga me apresentou algumas possibilidades que dificilmente eu teria tido acesso assim sem uma fono na equipe. A própria questão da consciência fonológica, ou mesmo discussões mais teóricas que em um momento mais só conversava com pessoas que concordavam com o que eu pensava assim, eu não precisava me movimentar tanto para justificar e entender e até mesmo é uma proteção diferente, da teoria e acho que isso é algo, para mim foi bem importante também e de entender que sim, tem alguns questionamentos que são bem válidos e que antes eu não fazia, sobre teorias e, então acho que essa possibilidade de ampliação, acho que de uma forma geral, não sai da teoria mas de ações e estratégias, acho que o multi, promove essa ampliação de ações, inclusive se futuramente a gente, espero que a lei se cumpra, de ter assistente social e talvez algum outro profissional na equipe eu acho que vai nesse caminho assim, de ampliação de possibilidades de atuação e de trocas entre nós mesmos.

Mesmo com os alinhamentos produzidos entre as profissionais a respeito da necessidade de refletir sobre a organização do trabalho e a ideia de constituir uma equipe, há, constantemente, no processo de discussão, divergências e diferentes formas de ver o mundo e de compreender os fenômenos educacionais.

No mesmo sentido, em entrevista, a psicóloga participante completa:

A gente tá sempre estudando, eu vejo que é uma equipe que estuda bastante, que tem vontade de conhecer, de conhecimento e o legal é que a gente aprende muito uma com a outra, e nós somos... a gente não pensa igual, ninguém pensa igual, em qualquer lugar, com qualquer pessoa que a gente vá conviver a gente não pensa igual, as pessoas pensam diferente, só que a gente tem esse respeito no pensar diferente, e a gente acaba verbalizando isso e, às vezes, é, talvez isso eu não concorde, mas eu entendo, acho que isso é que é legal que a gente consegue, na nossa equipe - que é muito difícil em outros lugares com outras pessoas - isso a gente tem, a gente tem um respeito e a gente tem um objetivo em comum, isso move muita coisa, esse objetivo em comum.

Embora tenhamos buscado construir novos territórios existenciais e profissionais via diálogo e pela estruturação de caminhos comuns, existiram conflitos importantes ao longo dessa caminhada, reafirmando a singularidade e os processos de produção de subjetividades. Concordo com Escóssia e Kastrup (2005), as quais afirmam que “conceber um conceito de coletivo para além das dicotomias historicamente constituídas é dar visibilidade a uma outra lógica – uma lógica atenta ao engendramento, ao processo que antecede, integra e constitui os seres” (p. 297).

## Considerações Finais

A instituição Psicologia constitui, sem dúvidas, uma das primeiras instituições que me atravessam neste contexto de pesquisa. Fui convocada a ocupar a vaga de psicóloga na secretaria de

educação e, por ser efetivamente meu primeiro emprego, convoquei-me a lançar mão dos aprendizados que obtive durante a graduação no ensino superior. A formação universitária proporcionou o desenvolvimento de uma visão crítica acerca da historicidade da psicologia no âmbito escolar e, desse modo, impliquei-me em refletir sobre como exercer de fato ações coerentes com essas concepções críticas. A prática profissional em psicologia pode tomar caminhos diversos de acordo com as escolhas teóricas e posicionamentos ético-políticos que vão além do que é normatizado no código de ética ou nas referências técnicas. Com isso, reafirmo a importância da dimensão política da atuação profissional, em consonância com a perspectiva da psicologia histórico-cultural crítica e da Análise Institucional.

A psicologia e sua intimidade com a instituição Ciência forja o lugar de suposto saber ocupado por nós e perpetuado na educação na figura dos profissionais especialistas que resolverão as problemáticas da aprendizagem. Algumas perspectivas teóricas abordam essas problemáticas por meio de compreensões individualizadas e cognitvistas que demandam, portanto, intervenções também focadas no indivíduo.

Entender o processo de aprendizagem sem trazer para a discussão as diferentes realidades das crianças e adolescentes do nosso País é elidi-las do processo de ensino-aprendizagem enquanto sujeitos constituídos de historicidade, e, assim, descontextualizar o papel da instituição Educação.

Cotidianamente somos interpeladas como profissionais especialistas a cumprir a função de agentes da normatização, da medicalização. Busco permanecer questionando sobre como e com quais ferramentas e dispositivos queremos atuar, considerando que, na escola, há muita vida pelos corredores, expressando-se em franca potência criativa, provocando fissuras na institucionalidade. Assim, como atuar de modo a manter estas frestas abertas?

Nesse contexto que estamos inseridas, a indisciplina, o mau comportamento e a não vontade de aprender são os principais “problemas” das equipes pedagógicas e a demanda para a equipe multiprofissional. De acordo com o exercício teórico-prático que me propus a fazer, entendo esses elementos como produção, como estratégias de vida dentro das (im)possibilidades colocadas no cotidiano escolar. Emergem como denúncias as estruturas que há tempos se negam a mudanças. Estruturas emaranhadas de relações de saber-poder produtoras de adoecimento e, por fim, um circuito de culpabilização (enfraquecedor das potências) de todos os envolvidos. Porém, estamos todas lá. O incômodo se dá também em mim e espero que seja uma sensação constante, tornando os questionamentos parte do cotidiano.

Longe de tentar criar moldes ou parâmetros, a pista mais explícita no tecido do que foi falado pelas profissionais e por mim sobre a constituição de uma atuação em psicologia escolar refere-se à potência de constituir uma atuação em equipe sem considerá-la como totalidade e unidade, mas como



um grupo-sujeito aberto a processos criativos (Barros R., 2007), um “coletivo aberto a rupturas, a permanentes conexões, visando criações incessantes e favorecendo a emergência de modos singulares de existência” (Weber; Grisci, 2010, p. 11). Um coletivo que esteja a serviço da potência de vida e da promoção de bons encontros. Assim, talvez o que seja mais urgente nesse cenário é manter o processo de *desformação* (à la Manoel de Barros) do que está colocado enquanto saber-fazer psi junto e em conjunto com outros atores, com outros saberes, inclusive com os saberes daquelas mais interessadas, as crianças.

O objetivo desta pesquisa foi desenvolver uma proposta para uma atuação crítica em psicologia escolar frente aos fenômenos de patologização e medicalização de crianças e adolescentes. Entretanto, mais que isso, proporcionou o estreitamento na relação teoria e prática com a criação de canais para reflexão sobre *a quem e a que* o saber-fazer da psicologia pode estar a serviço, bem como apontou pistas para a validação de um modo de trabalho que já estava em processo de constituição. Ademais, anseio que o exposto possa contribuir com a atuação de outros colegas de profissão, que irão adentrar nos próximos anos na área da educação por meio da Lei Federal n.º 13.935 de 2019, os quais certamente encontrarão campos de forças e disputas parecidos com o nosso.

Concluo em diálogo com minhas colegas de caminhada, reafirmando que o processo de constituição de uma equipe multiprofissional é contínuo. Na medida em que se institui, há de se manter instituinte. Portanto, precisamos nos movimentar e permanecer em constante processo autoanalítico, atentas ao fato de que as artimanhas normatizadoras institucionais também se atualizam. Tendo em vista que a institucionalização pode produzir cristalizações despotencializadoras de novos processos de subjetivação, necessitamos processos constantes de reflexão conjunta acerca das áreas de conhecimento atuantes na equipe, para provocar, assim, a emergência de novas estratégias de atuação.

### Referências

AGUIAR, Kátia Faria de; ROCHA, Marisa Lopes da. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, DF, v. 27, n. 4, p. 648-663, dec. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932007000400007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000400007&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 03 nov. 2021.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicol. Esc. Educ.**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 469-475, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kgkH3QxCXKNNvxpbgPwL8Sj/?format=pdf&lang=pt>  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>. Acesso em: 03 nov. 2021.

BAREMBLITT, Gregório. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e práticas**. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.

BARROCO, Sonia Mari Shima; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a Formação e Atuação do Psicólogo em Contexto de Educação Inclusiva. **Psicologia Usp**, São Paulo, v. 23, n. 1, 111-132, 2012.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virginia. Pista 3 Cartografar é acompanhar processos. *In: PASSOS et. al. (org.). Pistas do Método da Cartografia: pesquisa, intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 52-75.

BARROS, Regina Benevides de. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina Editora/Editora da UFRGS, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei n. 13.935 de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Casa Civil, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm) Acesso em: 19 out. 2021.

CAPONI, Sandra. N. Dispositivos de segurança, psiquiatria e prevenção da criminalidade: o TOD e a noção de criança perigosa. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 298-310, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902018000200298&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000200298&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 03 nov. 2021.

COIMBRA, Cecília.; LEITÃO, Maria Beatriz S. Das essências às multiplicidades: especialismo psi e produções de subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], v. 15, n. 2, p 6-17, 2003.

COLLARES, Cecília A. L.; MOYSÉS, Maria Aparecida A. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. São Paulo: Cortez, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 010/2005**. Código de Ética Profissional do Psicólogo, XIII Plenário. Brasília, DF: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. LHUMIER, Louise A. (org.). **Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia e trabalho**. Brasília, DF: CFP, 2013a. 157 p. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Quem\\_e\\_a\\_Psicologa\\_brasileira.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Quem_e_a_Psicologa_brasileira.pdf) Acesso em: 03 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica**. Brasília, DF: CFP, 2013b. 58 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica**. Brasília, DF: CFP, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicólogos(os) e assistentes sociais na rede pública de educação**. Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. 2. ed. Brasília, DF: CFP, 2022a.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha Psicologia e Serviço Social na Educação Básica**. Lei nº 13.935/2019. Essa luta tem história. Brasília, DF: CFP, 2022b.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 12ª REGIÃO - SC. **Nota Técnica: Avaliação Psicológica no Contexto Escolar**. Florianópolis: CRP-SC, 2023.

CORAZZA, S. M. **História da infância sem fim**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**; tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo, Editora 34, 1995, v.2.

ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O Conceito de Coletivo como superação da dicotomia Indivíduo-sociedade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, mai./ago. 2005.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 27. ed., Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRUPO DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE DO FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde. 1 ed. São Paulo, 2015. Disponível em: [http://medicalizacao.com.br/wpcontent/uploads/2013/07/recomendacoes\\_2ed\\_2013.pdf](http://medicalizacao.com.br/wpcontent/uploads/2013/07/recomendacoes_2ed_2013.pdf)

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. Trad. Henrique Augusto de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

LOURAU, René. *A Análise Institucional*. Petrópolis: Vozes, 1987.

LOURAU, René. René Lourau na UERJ. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1993.

MONCEAU, Gilles. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. **Fractal Revista de Psicologia**, v. 20, n. 1, p. 19-26. jan./jun, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/nLW73FGMTwHxPgvnNsC73hP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 03 nov. 2021.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p.17-31.

PENIDO, Cláudia Maria F. Trabalhador-Pesquisador: Análise da Implicação como resistência ao distanciamento do objeto. **Psicologia em Revista**, [S. l.], v. 26, p. 380-396, 2020.

POZZANA, Laura; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.

SADE, Christian *et al.* O uso da entrevista na pesquisa-intervenção participativa em saúde mental: o dispositivo GAM como entrevista coletiva. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, p. 2813-2824, out. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232013001000006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232013001000006&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 03 nov. 2021.

SANTA CATARINA. **Lei n. 17.143, de 15 de maio de 2017**. Dispõe sobre a presença do segundo professor de turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina. Florianópolis: Alesc, 2017. Disponível em [http://leis.ale-sc.gov.br/html/2017/17143\\_2017\\_lei.html](http://leis.ale-sc.gov.br/html/2017/17143_2017_lei.html) Acesso em: 03/11/2021.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de *et al.* Atuação do psicólogo na educação: análise de publicações científicas brasileiras. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 38, p. 123-138, jun. 2014. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752014000100011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752014000100011&lng=pt&nrm=iso) Acesso em: 03 nov. 2021.

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Cristian; CALIMAN, Luciana Vieira. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da.

(org.). **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 92-127.

WEBER, Lílian.; GRISCI, Carmen Lígia I. Equipe, grupo ou... o quê?: possibilidades relativas ao coletivo no trabalho imaterial. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 3., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ENANPAD-2010, 2010.

ZUCOLOTTO, Marcele Pereira da Rosa. Contribuições da psicologia à educação básica e o problema da psicologização da educação: uma revisão narrativa. **Revista HISTEDBR**, [S. l], v. 18, p. 1195-1208, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652472> Acesso em 03/11/2021.